

de ensino se dará à razão de um para cada cem alunos, com carga horária mínima de vinte e cinco horas semanais.

Art. 4º. As escolas terão o prazo de um ano para se adequarem às exigências desta Lei, contado a partir da data de sua publicação.

Art. 5º. A Prefeitura Municipal de Ourinhos deverá realizar concurso público para atender a esta demanda.

Art. 6º. O descumprimento desta Lei implicará nas penalidades legais aplicáveis pelos órgãos e entidades de controle social dessas atividades.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ourinhos, em 15 de outubro de 2014.

LUCAS POCAY ALVES DA SILVA

- Presidente -

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

RODRIGO DE ALMEIDA LIMA

- Secretário Geral Substituto -



CÂMARA MUNICIPAL DE OURINHOS
Estado de São Paulo

LEI Nº 6.153

DE 15 DE OUTUBRO DE 2014

Institui, no âmbito do município de Ourinhos, a Semana de Conscientização do Autismo e dá outras providências.

O **Presidente da Câmara Municipal de Ourinhos**, usando das atribuições que lhe confere o § 4º, do art. 80, da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 3º do art. 200 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei, de iniciativa do Vereador Antonio Carlos Mazzetti:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do município de Ourinhos, a Semana de Conscientização do Autismo, cuja realização deverá coincidir com o dia 2 de abril, dia designado pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

Parágrafo único. A Semana de Conscientização do Autismo deverá ser incluída no Calendário Oficial do Município.

Art. 2º. A realização da Semana de Conscientização do Autismo visa orientar, esclarecer e informar a sociedade sobre o autismo, no intuito de melhorar a vida dos portadores desta síndrome, bem como a de seus familiares e cuidadores, de forma a que os autistas possam ser integrados à sociedade.

Art. 3º. A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social, procederá a realização de palestra, simpósios, campanhas informativas e educativas, exames de ordem psicológica e psiquiátrica, bem como ao acompanhamento médico e odontológico

dos autistas, devendo ainda, divulgar tais eventos.

Art. 4º. As despesas com a execução desta Lei correrão, por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ourinhos, em 15 de outubro de 2014.

LUCAS POCAY ALVES DA SILVA

- Presidente -

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

RODRIGO DE ALMEIDA LIMA

- Secretário Geral Substituto -



CÂMARA MUNICIPAL DE OURINHOS
Estado de São Paulo

LEI Nº 6.154

DE 15 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a implantação no município de Ourinhos do "Boletim Escolar Eletrônico".

O **Presidente da Câmara Municipal de Ourinhos**, usando das atribuições que lhe confere o § 4º, do art. 80, da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 3º do art. 200 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei, de iniciativa do Vereador Aparecido Luiz:

Art. 1º. Autoriza a implantação do "Boletim Escolar Eletrônico" nas escolas da Rede Pública de Ensino do município de Ourinhos, onde constarão notas, frequências e observações acerca do comportamento do aluno através da internet.

§ 1º. O Poder Público Municipal poderá, a seu critério, proporcionar recursos técnicos necessários para viabilizar a implantação do "Boletim Escolar" na forma eletrônica, através do site da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º. A critério do Executivo, as escolas públicas no âmbito do Município deverão fornecer aos pais ou responsáveis pelos alunos, no momento da matrícula, uma cartilha explicando detalhadamente como proceder para acessar o "Boletim Escolar Eletrônico", inclusive sobre o uso da senha confidencial para acessar os dados nele contidos.

Art. 2º. Uma vez implantado o "Boletim Escolar Eletrônico", as escolas da Rede Pública Municipal de Ensino serão responsáveis pela alimentação dos bancos de dados com as informações que gerarão o "Boletim Escolar Eletrônico".

Art. 3º. A implantação do "Boletim Escolar Eletrônico", a critério do Executivo, não excluirá a emissão impressa do documento escolar, possibilitando a consulta pessoalmente do responsável junto à instituição pública de ensino.

Art. 4º. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no

prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, que, a critério do Executivo, poderão ser suplementadas.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Ourinhos, em 15 de outubro de 2014.

LUCAS POCAI ALVES DA SILVA
- Presidente -

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

RODRIGO DE ALMEIDA LIMA
- Secretário Geral Substituto -



CÂMARA MUNICIPAL DE OURINHOS
Estado de São Paulo

LEI Nº 6.155

DE 15 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a implantação no município de Ourinhos do serviço "Disque-Violência Contra a Mulher".

O **Presidente da Câmara Municipal de Ourinhos**, usando das atribuições que lhe confere o § 4º, do art. 80, da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 3º do art. 200 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei, de iniciativa do Vereador Aparecido Luiz:

Art. 1º. Fica autorizada no município de Ourinhos a implantação do serviço "Disque-Violência Contra a Mulher".

Art. 2º. O serviço autorizado por esta Lei tem por objetivos facilitar e incentivar a denúncia de todo ato que atente contra a integridade física ou moral da mulher, assim considerado:

- I – Violência sexual;
- II – Violência doméstica;
- III – Violência física;
- IV – Violência social;
- V – Violência econômica.

Art. 3º. O serviço autorizado de "Disque-Violência Contra a Mulher" poderá ser integrado à Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, instituída pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei, a critério do Executivo, poderão suprir-se por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Câmara Municipal de Ourinhos, em 15 de outubro de 2014.

LUCAS POCAI ALVES DA SILVA
- Presidente -

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.

CIPAL NA DATA SUPRA.

RODRIGO DE ALMEIDA LIMA
- Secretário Geral Substituto -



CÂMARA MUNICIPAL DE OURINHOS
Estado de São Paulo

LEI Nº 6.156

DE 15 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza a implantação no município de Ourinhos do "Programa Recomeçar a Viver", de apoio às pessoas portadoras de câncer e dá outras providências.

O **Presidente da Câmara Municipal de Ourinhos**, usando das atribuições que lhe confere o § 4º, do art. 80, da Lei Orgânica do Município, combinado com o § 3º do art. 200 do Regimento Interno, promulga a seguinte Lei, de iniciativa do Vereador Aparecido Luiz:

Art. 1º. Autoriza o Executivo implantar o "Programa Recomeçar a Viver" de apoio às pessoas portadoras de câncer, com a finalidade de apoiar, orientar, tratar, reabilitar e reintegrar pacientes e ex-pacientes acometidos pelo câncer.

Art. 2º. Todo cidadão que receber o diagnóstico da doença terá direito ao atendimento imediato de uma equipe multidisciplinar, que acompanhará o paciente durante todo o tratamento necessário para sua reabilitação.

Art. 3º. A critério do Executivo, as equipes multidisciplinares serão formadas por psicólogos, assistentes sociais e nutricionistas, visando oferecer aos pacientes:

- I - amparo psicológico individual e social aos portadores de câncer;
- II - estimular a criação de grupos de autoajuda, formados por pacientes e voluntários, com a finalidade de orientar, ajudar e dar amparo psicológico e emocional aos portadores de câncer, na fase pré e pós-operatório;
- III - acompanhamento de nutricionista para orientar na alimentação correta e equilibrada aos pacientes.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias com a iniciativa privada a fim de organizar as atividades relacionadas ao disposto nesta Lei.

Art. 5º. A critério do Executivo as despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Poderá o Poder Executivo regulamentar esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º. A critério do Executivo, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ourinhos, em 15 de outubro de 2014.

LUCAS POCAI ALVES DA SILVA
- Presidente -

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.